MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - CAMPUS NILÓPOLIS

Colegiado do Campus Nilópolis
Estabelecido Instrução Normativa nº 080 de 03 de setembro de 2014

Ata da Reunião do Colegiado do Campus Nilópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. No nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta e nove minutos, o presidente deste Colegiado, o professor e diretor geral do *campus* Nilópolis, THIAGO MATOS PINTO, dá início à reunião ONLINE, via Microsoft Teams. A servidora JACQUELINE APARECIDA DA FONSECA MARTINS redige a ata. Participam desta reunião os seguintes membros do referido Colegiado: a diretora de ensino de graduação e pós-graduação Luciene Fernanda da Silva, a diretora de administração Indiara Fernandes, a substituta eventual da diretoria de ensino médio e técnico Danielle Reis, o diretor adjunto de infraestrutura Flávio José Ribeiro; os representantes da Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus Nilópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio De Janeiro (CEPE-CNIL) Angelo Amaro, Edison Cesar Farias, Jacyra Faillace, Marco Aurelio Passos Louzada, Michelle Costa, Rafael Pereira Batista, Roberta Cassiano; as representantes do Conselho Administrativo do Campus Nilópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro Josiane Pacheco e Priscila Marques Abdias de Macedo; e os servidores Renato Ribeiro, Erico Lemos, Irany Murta e Leonardo Cescon, membros do Grupo de Trabalho de estudo de viabilidade de criação do curso Técnico Integrado em Saneamento. O presidente do colegiado inicia o encontro cumprimentando os presentes e explicando o motivo da reunião: a avaliação do Plano Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado em Saneamento. Ele explica que todo o fluxo necessário foi realizado, inclusive a aprovação no Conselho Acadêmico do Ensino Técnico (CAET), porém, há a necessidade da aprovação do Colegiado de Campus. Após essa introdução, o diretor apresentou dois informes. O primeiro deles, acerca da participação na Reunião Anual dos Dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REDITEC), ocorrida na semana anterior, com a presença de reitores, pró-reitores e diretores-gerais dos Institutos Federais, do Colégio Pedro II, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e da Universidade Tecnológica Federal, e destacou que o encontro foi produtivo e tratou de temas relevantes para o futuro da Rede. O diretor mencionou a apresentação realizada pelo Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Sr. Marcelo Bergamolli, em substituição ao Secretário Camilo, ausente na ocasião. A referida apresentação trouxe, além de programas desenvolvidos pela SETEC, apontamentos sobre problemas que preocupam o Ministério da Educação (MEC) e, por consequência, as instituições da Rede. Entre os dados apresentados, destacaram-se: a queda das

matrículas em cursos técnicos integrados, fenômeno verificado em nível nacional, com tendência acentuada após a pandemia, tema que já havia sido objeto de discussões em seminários anteriores e a redução da oferta de cursos noturnos, situação que também se repete em diferentes institutos e que envolve dificuldades relacionadas à segurança, ao funcionamento dos campi nesse horário e à disponibilidade de servidores. O diretor Thiago continuou, enfatizando que, tais questões são preocupantes, uma vez que atingem diretamente dois propósitos centrais dos Institutos Federais: a manutenção e valorização do projeto pedagógico diferenciado dos cursos técnicos integrados; e a ampliação do acesso da classe trabalhadora à educação por meio da oferta de cursos noturnos. O presidente do colegiado se comprometeu em compartilhar o material da apresentação e que oportunamente agendará uma reunião híbrida para discussão mais aprofundada dos assuntos tratados. Em seguida, Thiago Matos abriu espaço para informes e manifestações. O professor Ângelo Amaro questiona se os dados citados são referentes apenas a cursos de ensino médio ou também dos outros níveis. O diretor Geral responde que a discussão abrangeu ensino médio, educação de jovens e adultos, de graduação, incluindo licenciaturas e engenharias. Foram apresentados dados sobre a realidade dos cursos noturnos, destacando dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como o horário de término das aulas. Completa dizendo que foi levantado o tema da necessidade de revisão da carga horária dos cursos, de forma a adequá-los à realidade dos estudantes, sendo citados exemplos de iniciativas já implementadas em algumas instituições. O professor Ângelo cita o exemplo do curso de Bacharelado em Química do campus Duque de Caxias, que tem o encerramento das aulas às 21h30, com aumento proporcional do período total do curso. O diretor Geral diz que uma outra discussão levantada no encontro foi sobre a apresentação de dados sobre aproveitamento dos alunos e inserção no mercado de trabalho, ressaltando que, em alguns cursos, grande parte dos ingressantes não atua na área de formação, citando como exemplo cursos, nos quais, de 100 alunos ingressantes, apenas 35 concluem o curso e, destes, apenas 10 eram efetivamente são aproveitados pelo mercado de trabalho. Esse dado suscitou reflexão sobre a relevância da oferta de cursos, considerando as demandas atuais e os arranjos produtivos locais. Com isso, durante a REDITEC, ressaltou-se que, conforme informações trazidas pelo MEC, alguns cursos apresentam queda na procura, enquanto os mais demandados atualmente na Rede Federal são da área biomédica. Essa constatação motivou debate sobre a necessidade de revitalização de cursos e a possibilidade de adaptação da oferta formativa,

considerando a experiência de cursos federais de saúde e as tendências observadas para as áreas biomédicas. Em seguida, no segundo informe, o Diretor diz que pensou bastante se levaria o assunto ao colegiado, mas que, considerando a importância de assuntos relativos a cuidados com a circulação de informações e à preservação da privacidade e segurança de estudantes e servidores, decidiu compartilhar com os membros do colegiado. Ele segue dizendo que, como provavelmente muitos já haviam ouvido falar, ocorreu um episódio, no dia anterior à reunião, envolvendo a presença da Polícia Civil no campus, em cumprimento a mandado judicial para a condução de um estudante do Ensino Médio. O presidente do colegiado seguiu esclarecendo que os policiais já haviam comparecido ao campus na sexta-feira anterior e que, na ocasião, o aluno não se encontrava no campus, sendo a ação concluída na segunda-feira seguinte. O diretor destacou que o fato que motivou a medida judicial não ocorreu no âmbito do Instituto Federal e refere-se a uma situação anterior sob apuração da Justiça e que a direção do campus não possui autoridade legal para impedir o cumprimento de ordens judiciais, restando apenas acompanhar o procedimento e tentar garantir o respeito e a segurança dos envolvidos. Thiago relatou que o estudante acompanhou os policiais e não apresentou resistência. O diretor geral reiterou que a motivação de se manifestar acerca do ocorrido tem o intuito de ressaltar a importância da não propagação de informações não verificadas ou conteúdos que possam expor a vida pessoal de estudantes e servidores, reiterando que tais práticas podem prejudicar o ambiente escolar e as vidas dos indivíduos. Ele reforçou, ainda, que, caso haja, qualquer situação que represente risco à comunidade escolar será comunicada de forma oficial e responsável, respeitando os direitos individuais dos envolvidos. O diretor finalizou o informe se mostrando sensibilizado diante do episódio e com o alerta para que episódios semelhantes, se forem inevitáveis, sejam tratados com o máximo de cautela, preservando a segurança, o respeito e o acolhimento no ambiente escolar. Em seguida, o diretor Thiago pergunta se algum dos presentes tem algum informe. Não havendo nenhum, passa para a pauta da reunião. **I) Análise e aprovação do Plano Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Saneamento (Processo n º 23272.000636/2021-58).** O diretor agradece ao grupo responsável pela elaboração do documento, com destaque ao trabalho desenvolvido pelos servidores Renato e Breno, que coordenaram o processo em momentos diferentes e ressalta que o curso, estruturado para duração de três anos, resultou de ampla discussão e construção coletiva, apresentando-se como uma proposta sólida e bem organizada. Enfatizou ainda a relevância da aprovação prévia pelo CAET,

reconhecida como um marco importante, e a contribuição do novo curso como reforço à missão institucional. Em seguida, passou a palavra ao professor Renato Ribeiro, que explicou que faria a apresentação, pois o professor Heitor Breno, presidente do GT, estava em sala de aula e não participaria da reunião. Renato inicia agradecendo a todos que contribuíram para a elaboração do PPC, destacando que o processo teve início em 2021 e passou por diversas etapas, incluindo apresentações no antigo Fórum Acadêmico e em audiência pública. Salientou que, à época, houve certa confusão entre as instâncias de deliberação, mas que a proposta percorreu os trâmites necessários, culminando na análise atual pelos membros do colegiado de campus. O docente fez uma apresentação com o histórico da construção do projeto do curso, indicando os objetivos, justificativas e estudos realizados. Durante a explanação, citou pontos como: a estruturação do curso em três anos, o que poderia contribuir para reduzir índices de evasão escolar; a tentativa de organizar a carga horária sem a necessidade de contraturno; o diálogo com experiências de outros campi; a relevância do curso para suprir lacunas na formação profissional no setor de saneamento; a importância das parcerias estabelecidas com empresas do setor, como Águas do Rio e Rio Mais Saneamento, que contribuíram para alinhar o curso às demandas reais do mercado; a previsão de início em 2027, permitindo, em 2026, o fortalecimento de parcerias e a divulgação institucional. Renato destacou ainda a dimensão social do curso, com enfoque no saneamento como política pública de saúde, incluindo temas como inovação tecnológica, saneamento rural atuação feminina no setor. O professor citou também a aproximação com atores institucionais e sociais relevantes. E por fim, ressaltou que a criação do curso representa uma oportunidade ímpar para o campus, por possibilitar um trabalho mais integrado desde a primeira turma, a iniciar em 2027, com a expectativa de que os docentes possam atuar de forma articulada, contribuindo para a formação de profissionais tecnicamente qualificados, críticos e comprometidos com a transformação social dos territórios em que estão inseridos. Por esse motivo, também destacou a importância da divulgação do curso junto às escolas da região, de modo a atrair estudantes do entorno do Campus Nilópolis. O professor finalizou agradecendo aos presentes. O diretor Geral, parabenizou e agradeceu pela apresentação e abriu ao colegiado para comentários e dúvidas. A diretora de ensino de graduação e pós graduação, Luciene Fernanda, parabeniza todas as pessoas envolvidas no projeto e diz que acredita que será muito importante para o campus como um todo. Ela continua dizendo que têm três observações: a primeira é em uma das primeiras páginas,

onde aparece a menção à “coordenação de ensino médio”, o que ela acredita ser um erro de digitação e que na na verdade deveria ser “Direção de Ensino Médio e Técnico. ”; a segunda é no início, na página 3, ao falar das características do curso, consta que o estágio curricular não é obrigatório. Já na página 26, aparece a informação de que o estágio é obrigatório; a terceira é apenas a correção da grafia do nome da diretora e a atualização da lista dos servidores técnicos administrativos. A diretora finaliza dizendo que achou o curso muito bem estruturado, com identidade própria e todos os elementos bem integrados, resultando um ótimo trabalho. O professor Renato agradece pelas observações e diz que em relação aos técnicos administrativos, a Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROEN) já havia sinalizado algumas alterações e ele não havia entendido, mas que agora com as questões esclarecidas, fará as correções necessárias. Em relação à questão do estágio, Renato comentou que sobre a questão da obrigatoriedade do estágio no curso, destacando não ter uma posição definitiva sobre qual seria a melhor alternativa. Esclareceu que, em conversas anteriores com o diretor de ensino médio e técnico Vitor Magalhães, foi definido que se deve conferir certa autonomia a cada curso, considerando que se tratam de cursos distintos e que foi cogitado a realização de uma consulta pública junto aos docentes para avaliar a percepção sobre a obrigatoriedade do estágio. O professor completa dizendo que optou por não definir este ponto de forma rígida no documento, por entender que não se trata de uma questão crítica e que ainda passará pelo Conselho Superior, podendo ser ajustada posteriormente. O docente seguiu dizendo que, em diálogo com empresas parceiras, percebeu a dificuldade de cumprimento de carga horária obrigatória, considerando que o estágio, com a carga horária atualmente proposta (aproximadamente 240 horas, ou um pouco menos), poderia causar redução da inserção do aluno junto à empresa e a possibilidade de renovação do estágio e disse ainda que acredita que a obrigatoriedade pode gerar efeitos negativos, pois, o caráter obrigatório pode retirar a naturalidade da participação do estudante, diminuindo a motivação para o aprendizado prático e ressaltou a importância de demonstrar ao aluno a relevância da aplicação prática dos conceitos aprendidos na instituição em contextos externos. Ele diz que por esses e alguns outros motivos, o GT preferiu deixar o estágio como não obrigatório, acreditando que os estudantes têm a oportunidade de se envolver em outras atividades complementares, como monitoria, iniciação científica, extensão ou trabalhos de caráter mais teórico, contribuindo para sua formação prática e profissional. O encaminhando foi que a diretora

encaminhará por e-mail as observações e o GT fará as adequações. Em seguida, o professor Marco Aurélio pede a palavra e parabeniza o professor Renato e o GT pelo trabalho desenvolvido e destacou que o curso recebeu muitos elogios durante a apresentação ao CAET, o que deixou clara a tendência a aprovação e que demostra que a energia investida na elaboração do curso resultou no êxito alcançado. O professou informou ainda que tem em mãos a listagem atualizadas de servidores do campus e que havia repassado ao professor Guilherme Vergnano, membro do GT. Em seguida, o professor Ângelo Amaro parabenizou Renato pela apresentação e pelo trabalho ao longo do processo de desenvolvimento do curso e mencionou que, ao analisar o documento, identificou uma seção referente à diplomação dos alunos e comentou sobre possíveis alterações do MEC em relação a intenção da permissão ao aluno de se formar sem a conclusão do curso técnico. O professor conclui dizendo que foi apenas uma observação. Após esse momento, a professora Jacyra Faillace parabeniza a equipe pelo trabalho realizado e destaca sua intenção de colaborar como docente do campus e também como Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CONAPNE). Ela diz que analisou o documento e ficou em dúvida em relação aos itens 7.7 e 8.4, pois no primeiro é mencionado o CONAPNE e no segundo o NAPNE. Ela esclareceu que, atualmente, a atuação não se limita apenas como núcleo, e que algumas das competências mencionadas na resolução da CONAPNE abrangem diversas atribuições, nem todas pertinentes apenas ao núcleo ou à coordenação. A professora diz que não compreendeu se o item “atendimento individualizado” refere-se ao atendimento de alunos, mas com a visão do NAPNE e, enquanto atuação do ensino. A professora completa dizendo que, embora possa ter havido uma pequena confusão na redação do documento, não identificou nada alarmante, e que o texto atual está adequado. Sua principal preocupação, entretanto, é determinar como os itens ficaram identificados. Finalizou pedindo orientação para proceder com a inserção correta do texto, garantindo coerência entre os itens. O professor Renato orienta a duplicação da informação nos dois itens como CONAPNE, pois o item 7.7, com o “atendimento individualizado” vem do modelo da PROEN e o item 8.4, com os Núcleos foi inserido pelo GT e acredita que a confusão pode ter acontecido por conta disso. Dessa maneira, fica acordado que os dois tópicos mencionarão a CONAPNE e no item 8.4 haverá detalhamento de atuação como núcleo. O professor Edison Nogueira pede a palavra, se desculpa por não ter participado da reunião desde o início e parabeniza o GT pelo trabalho, destacando a importância do curso não só para o

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - CAMPUS NILÓPOLIS

Colegiado do Campus Nilópolis
Estabelecido Instrução Normativa nº 080 de 03 de setembro de 2014

campus como para o Rio de Janeiro, tendo em vista a relevância de saneamento e saúde para a população. O diretor geral Thiago pergunta se há mais algum comentário ou dúvida. Não havendo, dá início a votação. **A decisão é: por unanimidade, com 12 votos favoráveis, o Plano Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Saneamento é aprovado pelos membros do colegiado.** Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, o diretor geral e presidente deste Colegiado THIAGO MATOS PINTO, declara-a encerrada às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Eu, JACQUELINE APARECIDA DA FONSECA MARTINS, lavro a presente ata.